

UM PERFIL ECONÔMICO DA ELITE BRASILEIRA NO II REINADO A PARTIR DO CONSELHO DE ESTADO

Maria Fernanda Vieira Martins
Universidade Federal do Rio de Janeiro - doutoranda

Os limites que separavam as fronteiras do mundo político da área financeira no Brasil Imperial, do ponto de vista de suas elites, eram tênues, e assim se mantiveram ao longo de todo o período, de forma direta ou indireta, ou seja, também a partir das redes de relacionamentos que envolviam laços de sangue, profissionais e de amizade. Pretende-se aqui investigar alguns aspectos dessa integração a partir do comportamento social e econômico dos indivíduos envolvidos, suas carreiras, trajetórias e redes de sociabilidade e parentesco. No intuito de apresentar inicialmente essa integração, partiu-se da análise da participação dos conselheiros de Estado na vida econômica do país na segunda metade do século XIX.

O Conselho de Estado efetivamente reuniu, ao longo de sua história, os mais significativos nomes da política imperial e, como tal, representa um grupo privilegiado para análise do comportamento das elites. Ao longo de todo o período o Conselho resistiu, juntamente com o Senado, como a mais estável e sólida das instituições monárquicas governamentais. Restabelecido pelos conservadores em meio às rivalidades e disputas políticas que envolveram a declaração da maioria de D. Pedro II em 1841, o segundo Conselho ficava sob a presidência do imperador. Seus membros eram vitalícios, e suas funções eram atender às consultas dos ministros e do próprio monarca, particularmente quando este houvesse por bem exercer as atribuições do Poder Moderador.

Os conselheiros de Estado eram, em sua ampla maioria, descendentes das antigas famílias que controlavam a política, os cargos administrativos e as atividades econômicas no país já no período colonial. De fato, verifica-se que integravam diferentes redes de relacionamentos que se perpetuavam e se reconstruíam no país desde o século XVIII, tendo como base de referência antigas famílias e suas alianças clientelares. Verifica-se ainda a extensão do controle exercido por suas famílias pelo aparato político-administrativo colonial, que incluía os cargos “militares-administrativos” tanto quanto cargos jurídicos, cuja posse já era um indicativo da importância de seus detentores. Essa cultura, essa forma

de atuar da elite colonial, se perpetuou no período imperial, com a reconstrução, manutenção e reorientação das estratégias de alianças, de acordo com as diferentes conjunturas. Essas estreitas relações são ainda evidenciadas a partir de relações de parentesco, que unem o grupo a diversos setores dominantes, sejam no nível local, sejam numa rede mais ampla.

Nesse contexto, o capital e poder político de um indivíduo correspondiam não apenas ao seu *status*, mas ainda à sua capacidade de oferecer e retribuir benefícios, em um amplo esquema de trocas cuja função estruturante, no entanto, verificava-se em um nível mais básico e cotidiano das relações de poder. Na prática, consistiam em aspectos informais a conviver com as estruturas formais de ordenação política e social, como as instituições ou a própria justiça, transformando-se progressivamente em práticas marginais na proporção em que se complexificava o aparelho de controle e administração do Estado¹.

De fato, no que se refere às carreiras dos conselheiros de Estado observa-se a continuidade dessas relações de poder no século XIX, considerando-se tanto a ocupação de cargos políticos quanto na área econômica. Para além dos cargos ligados diretamente ao Executivo e ao Legislativo central e provincial, ao longo de suas trajetórias profissionais era relativamente comum o exercício de cargos técnicos, o que demonstra que o controle que possuíam da vida política do país estendia-se amplamente também pela área econômica, situação que ainda evidencia a familiaridade com que os conselheiros poderiam lidar com as questões que ocupavam a agenda dos debates econômicos da época.

Tal familiaridade — reforçada pela atuação na seção de Fazenda do Conselho de Estado² — poderia ser complementada pela passagem nos cargos diretores e deliberativos das diferentes casas bancárias existentes, especialmente o Banco do Brasil. Portanto, mesmo considerando-se o incipiente sistema bancário, a presença nesses cargos ampliava ainda mais o controle sobre o mercado financeiro, além de proporcionar uma ponte permanente de ligação com a elite empresarial, que se manteve sempre próxima às

¹ Angela Barreto Xavier e Antônio Manuel Hespanha. As Redes Clientelares. In José Mattoso (dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998, v.4, O Antigo Regime (1629-1807), A Arquitetura dos Poderes. p. 339.

² Quando de sua criação, o Conselho de Estado foi organizado em quatro seções, Fazenda, Império, Justiça e Estrangeiros e Marinha e Guerra, cada uma formada por três conselheiros e presidida pelo ministro da pasta correspondente.

instituições financeiras governamentais. Esta situação também pode ser verificada a partir do convívio nas diretorias das sociedades anônimas e companhias comerciais³.

Quadro 1: Participação dos conselheiros de Estado nos principais cargos econômico-financeiros

Nome	Conselho de Estado	Seção de Fazenda	Cargos Públicos	Casas Comerciais e Cias. (direção)	Casas bancárias
Affonso C de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto	1882-89	1882-85	MF 1879-80; 1889; ITN; ITP, MG		
Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana	1866-67	1866-67	MF 1859-61; FG Casas Bancárias	Cia de Seguros Marítimos e Terrestres, 1857-58; Cia Previdência, 1857	1854; 1856 BB
Bernardo de Souza Franco, visconde de Souza Franco	1859-75	1859-75	MF 1857-1858; ITP, Pará, 1836	Presidente Cia Praça da Glória, 1856-62	
Camilo Maria Ferreira Armonde, Conde de Prados	1879-1882	1879-82	FG Cia. A Popular Fluminense	Vice-presidente Companhia União-Indústria	Presidente BNDD
Cândido Baptista de Oliveira	1859-65	1862-65	ITN 1831-34 e 1837-38; FG Cia de Gaz		1860-65 BB Presidência
Carlos Carneiro de Campos, visconde de Caravelas	1870-78	1871-72	MF 1864-65; FG BRHRJ; FG BRHRJ; ITN		1866 BB
Francisco B. Soares de Souza	1889	1889	1885-88		1876-80 BB
Francisco S Torres Homem, visconde de Inhomirim	1867-76	1870-76	MF 1858-59; 1870-71		1867-69 BB
Honório Hermeto Carneiro Leão Marquês de Paraná	1842-57	1853-56	MF 1853-55; 1855-56		1853-54 BB
Jerônimo José Teixeira Júnior, Visconde do Cruzeiro	1876-89	1878-89		Cia. de Navegação Niterói-Inhomirim; Estrada de Ferro Pedro II	1866; 1868-69 BB; 1873; 1876-1885 BIM; 1857 BRHRJ
João Lins V Cansansão de Sinimbu, visconde de Sinimbu	1882-89	1883-86			1875-1878 BNDD
Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí	1853-72	1870-71	MF 1848-53; 1868-70		1854; 1856-59 BB Presidência
José Pedro Dias de Carvalho	1876-81	1877	MF 1862; 1864; 1965-66; FG Cia. A Popular Fluminense		1858-1869 BB; vice-pres. 1858-61 BB
Manoel Alves Branco, Visconde de Caravelas - 2º	1842-1855	1842-1855	MF 1837, 1839, 1844-45, 1847;		
Manoel Pinto de Souza Dantas	1879-89	1880-89	ITN; MF 1884-85		
Paulino Soares de Souza	1876-89	1882-89	MF 1850-51		1874-79 BRHRJ

Notas: BRHRJ – Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro; BNDD – Banco Nacional de Descontos e Depósitos; BIM – Banco Industrial e Mercantil; FG – Fiscal do Governo; ITN – Inspetor do Tesouro Nacional; PFTP – Procurador Fiscal do tesouro Provincial; MF – Ministro da Fazenda; IAC – Inspetor da Alfândega da Corte.

Fontes: *Almanaque Laemmert*: administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro, 1850-1880; Tavares de Lyra. *Instituições Políticas do Império*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1978.

As inter-relações entre a atuação dos conselheiros de Estado na esfera política e no meio financeiro podem ser observadas a partir dos exemplos expostos no quadro acima. Entre esses, destaca-se o conselheiro José Pedro Dias de Carvalho. Além de senador,

³ Ver João L.R. Frago e Maria Fernanda V. Martins. As elites nas últimas décadas da escravidão - as atividades econômicas dos grandes homens de negócios da Corte e suas relações com a elite política imperial, 1850-1880. In: Manolo Florentino e Cuca Machado (orgs.). *Ensaio sobre escravidão*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

deputado em várias legislaturas, ministro do Império e por três vezes responsável pela pasta da Fazenda, foi vice-presidente do Banco do Brasil por 12 anos, entre 1858 e 1869, instituição onde havia feito sua carreira e da qual foi tesoureiro durante longos anos, antes de chegar à direção. Em 1864, momento auge da pior crise financeira vivida pelo Império, acumulava justamente as funções de diretor do Banco do Brasil com a pasta da Fazenda no Gabinete Furtado.

Também o marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, um dos principais nomes da política imperial, havia se notabilizado por suas habilidades financeiras. Iniciou sua carreira na magistratura, elegendo-se deputado à Assembléia Geral de 1830 a 1841, senador pela província de Minas Gerais em 1842, presidente das províncias do Rio de Janeiro em 1841 e de Pernambuco em 1848. Em seguida, foi ministro da pasta da Justiça, duas vezes ministro da Fazenda e presidente do Conselho no 12º Gabinete de 1853.

Um bom exemplo de como imbricadas eram essas relações, já conselheiro de Estado, Paraná assumiu a direção do Banco do Brasil em 1853 e 1854, mesmo período em que organizou um gabinete relativamente longo e estável para os padrões da época, de 1853 a 1857, no qual ocupou exatamente a pasta da Fazenda, o que equivale a dizer que controlava totalmente a política econômica do governo. Segundo Joaquim Nabuco, em matéria de finanças ouvia especialmente o visconde de Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres, a quem sucedeu na presidência do Conselho de Ministros e com quem compartilhava as teses econômicas tanto quanto os princípios conservadores em política⁴.

O visconde de Inhomirim, Francisco de Salles Torres Homem, também esteve diretamente ligado ao meio financeiro. Ocupou a pasta da Fazenda pela primeira vez entre 1858-1859 e, mais tarde, entre 1870-1871; em sua gestão anterior, foi autor do projeto de lei de restrição e reforma bancária que, em função da polêmica que se criou na Câmara, terminou por derrubar o gabinete Abaeté, do qual fazia parte⁵. Em 1866 Torres Homem chegou ao Conselho de Estado e, quatro anos depois, ao Senado, pela província do Rio Grande do Norte. Torres Homem esteve à frente das decisões tomadas sob consultas ao Conselho de Estado como membro constante da seção dos negócios da Fazenda em todo o período em que serviu à instituição, quando também assumiu paralelamente a presidência do Banco do Brasil, entre 1867 e 1869.

⁴ Joaquim Nabuco. *Um estadista no Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 241.

⁵ Joaquim Nabuco. *Um estadista no Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 396.

O barão de Uruguaiana, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, baiano, deputado provincial e geral e senador por sua província, em 1852 integrou a comissão nomeada para revisão da tarifa das alfândegas do Império, sendo nomeado inspetor da Alfândega da Corte em 1856. Foi ainda membro da diretoria do Banco do Brasil entre 1854 e 1856, e ocupou a pasta da Fazenda e a presidência do Conselho de Ministros simultaneamente, no Gabinete de 1859 a 1861. Autor do relatório da comissão de inquérito sobre a crise financeira de 1864, que denunciou o espírito de agiotagem dominante no país desde a década anterior, Ferraz seria ainda fiscal na liquidação das casas bancárias Gomes & Filhos e Amaral & Pinto, declaradas falidas na mesma ocasião⁶.

Mais discreta, embora inquestionavelmente expressiva, seria a atuação dos conselheiros de Estado junto à iniciativa privada, assumindo cargos diretores de instituições bancárias, como o Banco Rural e Hipotecário, o Banco Comercial e Agrícola do Rio de Janeiro e o Banco Industrial e Mercantil, embora a elas estivessem ligados por diferentes laços. Entretanto, significativa exceção representou o visconde do Cruzeiro, Jerônimo José Teixeira Júnior. Além de sua ininterrupta carreira parlamentar na Câmara e no Senado desde 1856 até sua morte em 1898, Cruzeiro — seguindo os passos de seu pai, Jerônimo José Teixeira, e de seu avô, João Netto Carneiro Leme — surgiria como um importante capitalista, já aparecendo como tal no Almanaque Laemmert desde 1858, portanto, quando ainda contava 28 anos de idade⁷. Sua atuação no Conselho de Estado, entre 1876 e 1889, em geral na própria seção de Fazenda, ocorreu simultaneamente ao cargo de diretor do Banco Industrial e Mercantil, entre 1876 e 1885. Anteriormente já havia sido diretor do Banco do Brasil entre 1866 e 1869, além de uma curta passagem pela diretoria do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, e o envolvimento com diversas companhias comerciais e sociedades anônimas.

⁶ Joaquim Nabuco. *Um estadista no Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p.242 e 471. Cabe lembrar que a presença de fiscais do governo nas casas comerciais e bancárias não correspondia apenas aos momentos de crise, ou na liquidação das empresas, mas traduzia uma estratégia do governo para exercer um certo controle do mercado e das atividades financeiras, que se acentuaria mais tarde: *Uma outra forma engendrada pelo Estado para intervir no mercado dito financeiro foi através da criação de um sistema fiscal sobre as sociedades anônimas, em finais da década de 1860. Por este sistema as SAs ficavam obrigadas a enviar periodicamente ao Tesouro Nacional um resumo de suas operações: vales, bilhetes bancários, notas promissórias etc.; deste modo, a institucionalização de tal controle punha fim à autonomia que gozavam as sociedades anônimas*. João L.R. Fragoso e Maria Fernanda V. Martins. As elites nas últimas décadas da escravidão - as atividades econômicas dos grandes homens de negócios da Corte e suas relações com a elite política imperial, 1850-1880. In: Manolo Florentino e Cuca Machado (orgs.). *Ensaio sobre escravidão*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

⁷ *Almanaque Laemmert*: administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro, 1858. p. 505

Ainda na esfera privada, a título de exemplo, pode-se citar a participação dos conselheiros em algumas empresas e empreendimentos já nos primórdios de suas carreiras, participações essas que, em diversos casos, se manteriam e se multiplicariam nos anos seguintes. Já em 1832 a empresa de navegação, comércio e mineração denominada Companhia Brasileira Rio Doce, uma sociedade *pela união de capitalistas brasileiros e ingleses*, reunia oito futuros conselheiros de Estado entre os 35 acionistas — marquês de Paraná, visconde de Abaeté, visconde de Albuquerque, marquês de Abrantes, visconde de Jequitinhonha, Cândido Batista de Oliveira, Carlos Carneiro de Campos e o visconde de Macaé —, além de diversas outras importantes personagens do cenário político e nomes a elas diretamente relacionados. Independente do sucesso da companhia, a presença desses conselheiros como sócios no empreendimento já denotava a diversidade de seus interesses, bem como sua proximidade em relação às práticas econômicas da elite empresarial⁸.

Da mesma forma, entre os acionistas da Companhia da Estrada de Ferro Pedro II em junho de 1856 constam os nomes de quinze conselheiros: duque de Caxias (100 ações), Bernardo de Sousa Franco (50 ações), visconde de Niterói (20 ações), Torres Homem (10 ações), Alves Branco (50 ações), visconde de Araxá (65 ações), 3º marquês de Caravelas (30 ações), marquês de Abrantes (50 ações), marquês de Olinda (100 ações), Almeida Torres (20 ações), Andrade Pinto (20 ações), Carneiro Leão (50 ações), Uruguaiana (50 ações) e o barão de Muritiba (120 ações)⁹.

Já Pedro de Araújo Lima, então visconde de Olinda, em 1846 era fiscal, juntamente com dois outros conselheiros, Euzébio de Queiroz e José Cândido de Araújo Viana, futuro marquês de Sapucaí, da Companhia Prosperidade, companhia de seguros sobre a vida dos

⁸ Outros acionistas eram, por exemplo, Francisco Maria Gordilho Velloso de Barbuda (marquês de Jacarepaguá), genro de uma filha de Brás Carneiro Leão; os irmãos do marquês de Nazaré, do primeiro conselho, Ernesto e Antônio Ferreira França; Evaristo da Veiga; Gonçalves Ledo; Antônio Pereira Rebouças; e membros do primeiro Conselho de Estado, como Antônio Luiz Pereira da Cunha (marquês de Inhambupe), o futuro marquês de Valença, Manoel Jacinto Nogueira da Gama (marquês de Baependi) e José Joaquim Carneiro de Campos (marquês de Caravelas). IV Plano para a organização de uma sociedade com a denominação de Companhia Brasileira Rio Doce, 1832. *RAPM* - Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, v.4, n.1 e 2, jan./jun. 1899, p.792-801.

⁹ Para se ter uma idéia do que representavam esses números, cabe destacar que esses não eram muito diferentes daqueles apresentados por eminentes capitalistas, banqueiros e fazendeiros, como os barões de Nova Friburgo, Paty do Alferes, Rio Preto e da Paraíba (cada um com 100 ações), barão de Rio Bonito (50 ações), Domiciano Teixeira Leite, barão de Aiuruoca (135 ações), barão de Itamaraty (50 ações), conde de Bonfim (100 ações), barão de Mesquita (70 ações) e José Carlos Mayrink (100 ações) ANRJ. Relação de Acionistas da Companhia Estrada de Ferro de Dom Pedro II em 15 de junho de 1856. Impresso. Códice 747, Diversos Códices – SDH.

escravos na província do Rio de Janeiro¹⁰. Por outro lado, Olinda *foi, mais tarde, presidente da Sociedade Promotora da Colonização, que tinha, como todas suas congêneres, fins lucrativos, podendo então ser visto como um homem que vivia também da aplicação de recursos em instituições mercantis*¹¹. Os conselheiros José Pedro Dias de Carvalho e o então visconde de Prados também atuavam como fiscais da companhia *A Popular Fluminense, Associação de Benefícios Mútuos para criação de capitais e rendas*, autorizada por decreto imperial de outubro de 1871¹².

O próprio conde de Prados, Camilo Maria Ferreira Armonde — identificado como fazendeiro na propaganda da Companhia *A Popular Fluminense* —, havia sido vice-presidente, entre 1854 e 1859, da Companhia União-Indústria, criada para construir e manter uma linha de estrada que começaria à margem do Rio Paraíba, seguiria por Barbacena e terminaria na margem do Rio das Velhas. O capital era de cinco mil contos, divididos em 10.000 ações¹³. Mais tarde, entre 1872 e 1875, quatro anos antes de ingressar no Conselho de Estado, o conde de Prados seria ainda presidente do Banco Nacional de Depósitos e Descontos.

O paraense Bernardo de Souza Franco, nomeado conselheiro extraordinário em 1859, em período que coincidiu com sua gestão na pasta de Fazenda, foi presidente da Companhia Praça da Glória entre 1856 e 1862, aprovada por decreto imperial de 1856, com capital de 500:000\$ distribuídos em 2.500 ações de 200 mil réis. Sua finalidade era a construção de um cais na praia da Glória para embarque e desembarque público, e a edificação de uma casa para mercado. A empresa, que segundo se esperava seria *de grande lucro para os seus acionistas*, era composta de uma diretoria de três membros, que eram ainda acionistas¹⁴.

A Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres, com capital de 16:000\$000 dividido em 32 mil ações de 500 réis e agentes representantes na Inglaterra e Buenos Aires, além de diversas províncias do país, tinha como membro e secretário do Conselho Diretor o barão de Uruguaiana entre 1857 e 1858. Uruguaiana, que seria nomeado para o Conselho

¹⁰ *Almanaque Laemmert...*, 1846 p.205.

¹¹ Théo Lobarinhas Piñeiro. *A Construção da Autonomia: O Corpo de Comercio do Rio de Janeiro*. In: http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_94.pdf. p.16-17.

¹² *Almanaque Laemmert...*, 1872. p.442

¹³ *Almanaque Laemmert...*, 1859. p. 437.

¹⁴ *Almanaque Laemmert...*, 1859. p. 339-40.

em 1866, havia ainda dirigido em 1857 a Companhia Previdência, companhia de seguro contra a mortalidade dos escravos, com capital de 2.000:000\$000¹⁵.

Para além da participação direta na direção das principais instituições financeiras e companhias comerciais, fossem públicas ou privadas, os membros do Conselho encontravam-se indiretamente ali presentes, a partir de suas relações de parentesco. Esse fato concede um novo aspecto ao entendimento do papel dos conselheiros como membros da alta cúpula do Estado, demonstrando que as identificações imediatas dos indivíduos com determinados setores, considerando-se exclusivamente sua principal atividade ou sua região de atuação, não são suficientes para explicar o papel político e os interesses que representavam.

Esse seria o caso do visconde de Itaboraí, líder *saquarema* e importante proprietário de terras, usualmente identificado como um dos grandes representantes dos interesses agrários-escravistas na província fluminense. Itaboraí descendia do mestre de campo Alexandre Alvarez Duarte de Azevedo, proprietário de grandes extensões de terra no vale do Macacu, cujo engenho havia sido fundado em 1648. Outro descendente da mesma família, Francisco Macedo Freire de Azeredo Coutinho, era grande proprietário de terras em Cabo Frio e Araruama. Sua filha casou-se com um primo, João Alvarez de Azevedo, dono do Engenho de Itapacorá e descendente de Duarte de Azevedo. Todas as filhas desse casamento uniram-se a parentes, tendo sido os maridos importantes políticos, ministros e governadores do Império: Bernardo Belisário Soares de Souza e Paulino José Soares de Souza, visconde do Uruguai, e o visconde de Itaboraí, que descendia ainda de outra grande família da região, a dos Duque Estrada¹⁶.

Por outro lado, o visconde de Itaboraí era o *financeiro de confiança de Pedro II*¹⁷, a quem este recorria em momentos de crise. Celebrizou-se por suas gestões na pasta da Fazenda, *merecendo fóros de um dos nossos mais profundos economistas*¹⁸. Ministro diversas vezes, em 1852 assumiu a presidência do Conselho, ocupando a pasta da Fazenda. Chamado novamente pela Coroa em 1868, presidiu o vigésimo terceiro gabinete, encarregando-se novamente da mesma pasta. Foi deputado, primeiro presidente da

¹⁵ *Almanaque Laemmert...*, 1857. p. 400.

¹⁶ Ver Vianna de Castro. *A Aristocracia rural fluminense*. Rio de Janeiro: s/n, 1961; e Julião Rangel de Macedo Soares. *Nobiliarquia Fluminense* ou ... das principais e mais antigas famílias da corte e província do Rio de Janeiro. Niterói: s/n, 1948, cap. I.

¹⁷ Joaquim Nabuco. *Um estadista no Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p.761.

¹⁸ Necrológio das Casas Titulares, *Almanaque Laemmert...*, 1872.